

Qualiagro

Rumo às boas práticas

Paulo E. Cruvinel*
Sérgio Mascarenhas**

O MERCADO internacional sofre as influências das novas tendências do consumidor, cada vez mais exigente por alimentos seguros e livres de qualquer tipo de agravante à saúde humana. Programas específicos são formulados para garantir o controle e a rastreabilidade de toda a cadeia produtiva, não apenas de frutas, mas de modo geral como no mercado de produtos perecíveis, por exemplo, o de carnes.

É crescente a adoção de selos de certificação para comprovar a qualidade e sanidade do bem importado. Entre os maiores importadores de frutas frescas brasileiras destacam-se o EurepGap, da União Europeia e, o APHIS, dos Estados Unidos. As barreiras técnicas de importação variam.

Com a publicação da Instrução Normativa Nº 56 no *Diário Oficial da União – DOU*, em 26 de outubro último, as empresas que exportam frutas para a Europa devem fazer adesão ao Sistema de Produção Integrada de Frutas – PIF. Com essa decisão o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA – fortalece a importância do trabalho realizado pelas empresas certificadoras. Para conquistar o selo e garantir as exportações, as empresas passam por auditorias feitas por uma instituição independente credenciada pelo Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

O investimento em certificação e a adequação da propriedade ao PIF, além de aumentar a produtividade e a qualidade dos frutos, garantem a segurança do alimento (isenção de resíduos físicos, químicos e biológicos) e produção sob os princípios de responsabilidade social e de não-agressão ao meio ambiente. O selo emitido contém códigos numéricos que

possibilitam ao consumidor obter informações detalhadas sobre a procedência da fruta, os produtos utilizados no processo produtivo, procedimentos operacionais adotados na produção, transporte, processamento e embalagem.

Produção integrada

O PIF teve início no Brasil no final de década de 90 e é aplicado em 17 culturas, entre as quais maçã, manga, uva, mamão, banana e pêssego. Da área ocupada com fruticultura no Brasil, de 2,3 milhões de hectares, apenas 40 mil hectares estão dentro do PIF, segundo o MAPA. No caso da maçã, por exigência dos mercados compradores externos, 60% da sua área plantada estão em conformidade com o PIF.

O Conselho do Ibraf e a Comissão de Fruticultura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) projetam um cenário razoável para as exportações de frutas brasileiras, dependendo da oferta, da qualidade do produto e do atendimento às normas internacionais..

Desde 2002, o setor enfrenta problemas, com a criação, por parte da União Europeia, de uma legislação sobre segurança alimentar. Ainda hoje, o País não está estruturado adequadamente para atender às exigências, os laboratórios não estão credenciados dentro dos padrões internacionais e não há legislação específica sobre rastreabilidade e segurança alimentar.

Com a liberação de R\$ 55 milhões para modernização dos laboratórios, o governo federal vai beneficiar a fruticultura. As autoridades da União Europeia reconhecem a qualidade do plano brasileiro de controle de resíduos, mas alertam para a necessidade de ser efetivamente implementado.

Três órgãos são responsáveis pelo registro de agrotóxicos no País: Ibama, Anvisa e Ministério da Agricultura (MAPA). Não existe uma legislação específica dos três organismos e apenas a Produção Integrada de Frutas atende às exigências internacionais. Desde 2003 tramita nos três organismos, que fazem parte da Coordenadoria Técnica de Avaliação de Agrotóxicos (CTA), a criação de uma legislação para facilitar o registro das pequenas culturas tropicais.

A etapa seguinte à nova legislação é o registro de produtos que antes deverão passar por testes de eficiência agrônômica na Embrapa para serem validados pela legislação. Se isso não for feito, as exportações de frutas e sucos correm o risco de parar, como aconteceu com o mel. Fiscais da União Europeia proibiram as exportações do produto em 2005, O governo brasileiro precisa garantir a rastreabilidade.

Para haver produção integrada, os agrotóxicos devem estar registrados no Brasil, que não tem produtos registrados para a maioria das frutas tropicais. Como forma de resolver o impasse, o MAPA propôs uma nova norma na Câmara Setorial da Fruticultura. É um esforço para adequar-se às normas da União Europeia para fruticultura, com base na rastreabilidade, que prevê o acompanhamento do produto, da lavoura à mesa, cuidando para não haver contaminações.

O Programa Integrado Frutas (PIF) é o primeiro selo brasileiro que normatiza a certificação dos sistemas de produção frutícola, com vista no diferencial da fruticultura brasileira e ampliação no mercado externo. ■